

poderia encontrar — digo eu — na sua obra, se devem a erros de suas fontes de consulta em geral...

Pertenceu Rafael Maria Galanti, como sócio correspondente, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao Instituto Arqueológico e Histórico de Pernambuco, ao Instituto Histórico de Santa Catarina e ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Como sócio honorário, ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, à Academia de Letras Pernambucana e ao Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas.

Como bom jesuíta, dedicou sempre ardente afeto à sua Ordem Religiosa, à Igreja Católica acima de tudo e, não menos, à sua segunda pátria, o Brasil. “Não deixaremos” — escrevia ele a 31 de julho de 1902, festa de Santo Inácio de Loiola, no Colégio Anchieta de Nova Friburgo, sua morada nos dezoito últimos anos de vida — “não deixaremos de fazer quanto estiver em nossas mãos para enaltecer a glória da Terra de Santa Cruz” !

*

RIO BRANCO, DAS MISSÕES AO CONCLAVE

Hélio Damante

Falar do Barão do Rio Branco num seletto colégio de historiadores seria certamente redundante, não existissem algumas brechas nos compêndios e biografias.

Rio Branco não só escreveu História, como **fez** História. Sua obra erudita, das biografias de soldados do Império às monumentais **Memórias** sobre as Missões (em inglês) e sobre o Oiapoque (em francês), e as **Efemérides Brasileiras**, revela apenas o dedo do gigante, passando pela Geografia e a Cartografia.

Seria um historiador da estirpe de Varnhagen e de Capistrano, se a Pátria — **Ubique Patriae Memor** (em qualquer lugar lembrar a Pátria) — não o requisitasse para de seu gênio diplomático decidir todas as questões de fronteiras e obter a configuração territorial definitiva.

Corrigiu, pela arbitragem, o catastrófico erro de Quintino Bocayuva, no seu aqodamento republicano, sobre a legítima posse brasileira do território das Missões, que lá se ia de mão beijada para a Argentina, em nome da solidariedade das nossas — ainda hoje — semi-repúblicas !

Em Berna, ainda pela arbitragem, obtém a vitória do Amapá. Feito chanceler, pelo Tratado de Petrópolis, incorpora legitimamente o Acre, afastando do coração da Amazônia o fantasma multinacional do **Bolivian Syndicate**, enquanto liquida a delicada questão de limites com o Peru e protege a exaurida Bolívia desse seu poderoso vizinho de vocação imperial.

Nesse afã mobiliza Euclides da Cunha, como engenheiro demarcador de limites, e como o historiador de **Peru versus Bolívia**. Causa involuntária, o Barão — ou terá sido o Brasil ? — pela demora da missão em território longínquo e inóspito, da tragédia familiar que se abateu sobre o escritor. Mas esse descobridor de talentos sabia onde buscá-los, ainda que fosse na poeira dos arquivos e nos desvãos das bibliotecas. É assim que, na questão do Amapá, redescobriu a obra de Joaquim Caetano da Silva, **O Oiapoque e o Amazonas**, a quem atribui com justa causa o valor de um exército de cem mil homens “estendidos na fronteira” setentrional, em defesa dos nossos direitos.

A sua linhagem diplomática liga-se não só ao Visconde seu pai, emérito estadista na política do Rio da Prata, mas a Alexandre de Gusmão, o santista consolidador das conquistas bandeirantes e, em ambos, temos a paternidade de nossa Geopolítica, com licença do general Golbery.

Não obstante o temperamento germânico que se lhe atribui, José Joaquim da Silva Paranhos Júnior (1 845 — 1 912), o Juca Paranhos da Academia de São Paulo, passou à História como o Chanceler da Paz. O Barão não construiu nestas plagas nenhuma espécie de **Pax Romana**, mas a Paz Americana, que o tempo faria maturar, tornando ociosos os nacionalismos exacerbados pelo caudilhismo, ainda que de casaca diplomática.

Mais do que a Conferência Pan-Americana de 1 906, no Rio de Janeiro, e para abrigá-la fez construir o Palácio Monroe (“a América para os americanos”), há poucos anos levado de vencida pela picareta assassina — ou seria o metrô carioca ? — o seu espírito pacificador se fará notório em 1 908, no rumoroso episódio do telegrama cifrado nº 9.

Para desfazer uma intriga perigosamente belicosa do ex-chanceler argentino Estanilau Severo Zeballos, que via no citado despacho dirigido à nossa embaixada em Santiago do Chile, uma ameaça à integridade do seu País, não hesitou Rio Branco em fornecer as chaves do Código brasileiro — o despa-

cho fora fotografado pela chancelaria argentina ao passar pelo telégrafo de Buenos Aires — e derruir a intriga e... Zeballos.

E assim subia ao zênite o Itamaraty, a Casa de Rio Branco, dos seus mapas, relógios e lenços perdidos em meio à papelada, desordenada nas mesas e ordenada, como num computador, em sua privilegiada memória.

Não é por menos que o Itamaraty tem, ainda hoje, ciúmes de Rio Branco. Aprendi-o por experiência própria quando, em 1964, tive a honra de preparar e anotar timidamente, e não era para menos, a terceira edição em vernáculo do seu **Esquisse de l'Historie du Brésil**, setenta anos depois da primeira edição, feita em 1894, na tradução primorosa do professor João Vieira de Almeida e trinta e quatro anos depois da segunda, feita por iniciativa do então chanceler Octavio Mangabeira, em 1930, e que praticamente se perdeu em consequência da Revolução desse ano. Foi iniciativa do governador Carvalho Pinto, em homenagem ao cinquentenário da morte de Rio Branco, promover a edição através do Conselho Estadual de Cultura e que a este seu auxiliar coube concretizar. Mas o Itamaraty não disse nem “muito obrigado”, talvez por causa do tufão revolucionário de 1964...

Um livro que não perdeu a atualidade, apesar de ter a idade da República e da ampliação considerável do campo da historiografia brasileira nos últimos oitenta e tantos anos. E que é a razão de estar eu nesta ilustre Companhia, falando do meu excelso patrono.

Como uma coisa puxa outra, permitam-me, senhor presidente e senhores acadêmicos, lembrar que a Chancelaria Brasileira ao fim do Império e princípios da República, funcionou no depois episcopal Palácio de São Joaquim, na Glória. Com a aquisição do Palácio do Catete para sede do Governo da República, o Palácio do Itamaraty, da Rua Larga, de onde Floriano salvara a dita República, veio a ser a sede da Chancelaria Brasileira e com ela se identificou como coisa viva — ainda hoje em Brasília — graças a Rio Branco.

Ora, como que redimindo os pecados paternos da época da Questão Religiosa — o Visconde do Rio Branco presidiu o Gabinete que a precipitou, para mais tarde ir também a Canossa — o Barão seu filho, investido na Chancelaria por Rodrigues Alves, venceu junto à Santa Sé a batalha do cardinalato e fez de um brasileiro de sangue índio, D. Joaquim Arcoverde, o primeiro cardeal latino-americano. De permeio regularizou definitivamente as relações

diplomáticas do Brasil com o Vaticano, deterioradas ao longo do Império. Elevaram-se ambas as representações diplomáticas ao grau de primeira classe, ou seja, Embaixada e Nunciatura, respectivamente.

Em Roma, ao receber o barrete das mãos de S.S. Pio X, Arcoverde telegrafava a Rio Branco: “Agradecido reconheço em vossa excelência as glórias e alegrias deste dia cardinal”. Hoje, quando seis cardeais brasileiros, todos “papáveis” como o consagra a tradição jurídica da Cúria Romana, participarão nos próximos dias do conclave que elegerá o sucessor do sofrido papa Paulo VI, ainda a sombra do Barão se projetará na História. Mais uma vez assumia Rio Branco o papel de agente do destino que cabe ao estadista.

*

* *

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Balhana, Altiva Pilatti — Santa Felicidade, uma paróquia vêneta no Brasil. Curitiba, Fundação Cultural de Curitiba, 1 978. 155 págs.

Não há visitante de Curitiba, avulso ou excursionista, que não inclua em seu programa almoço ou jantar num dos inúmeros restaurantes de Santa Felicidade, pequeno distrito dos arredores da capital paranaense. E essa imagem gastronômica, habilmente explorada pelas agências de turismo, é a que o viajante retém da simpática localidade. Não lhe passa pela cabeça que Santa Felicidade possa ser algo mais que um local onde se coma bem. Todavia, é bom saber que essa imagem, hoje, ao que parece, de difusão internacional, constitui apenas um dos aspectos da importante colônia vêneta que comemorou no ano passado o seu centenário. E quem quiser conhecer esse “algo mais” de Santa Felicidade deve ler o excelente estudo que lhe dedicou a Profa. Altiva Pilatti Balhana, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Estudiosa dos temas ligados à colonização estrangeira em seu Estado, sobre os quais publicou numerosos trabalhos, entendeu a autora de contribuir de maneira permanente para a efeméride centenária da colônia vêneta de que se